

A AUSÊNCIA DE INCLUSÃO E OS IMPACTOS NA SAÚDE MENTAL DAS PESSOAS NEURODIVERGENTES

Bárbara Maria Araújo Silva¹;

Centro Universitário Maurício de Nassau (Uninassau), Teresina, Piauí, Brasil.

barbararaju719@gmail.com

<http://lattes.cnpq.br/2616240131764726>

Ledayellen de Andrade Montes²;

Centro Universitário Maurício de Nassau (Uninassau), Teresina, Piauí, Brasil.

ledayellen@gmail.com

Ana Cecilia de Figueiredo Barreto Amorim³;

Centro Universitário Maurício de Nassau (Uninassau), Teresina, Piauí, Brasil.

anaceciliabarretoamorim@gmail.com

Jocyelle de Sousa Amorim⁴;

Centro Universitário Maurício de Nassau (Uninassau), Teresina, Piauí, Brasil.

jocyelleamorim82@gmail.com

Keilane Maria da Costa Silva⁵;

Centro Universitário Maurício de Nassau (Uninassau), Teresina, Piauí.

<https://lattes.cnpq.br/7676821964998648>

Erick Goioso de Sá Roriz⁶.

Centro Universitário Maurício de Nassau (Uninassau), Teresina, Piauí, Brasil.

ck.ziror@hotmail.com

<http://lattes.cnpq.br/6668840005163108>

RESUMO: A neurodiversidade refere-se a indivíduos cujos cérebros funcionam de forma diferente da norma neurotípica, abrangendo condições como autismo, TDAH (Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade), dislexia, entre outras. A prevalência dos transtornos neurodivergentes na infância é significativa e crescente, portanto, é de extrema importância abordar esses transtornos, pois, reflete no impacto substancial que possuem no desenvolvimento cognitivo, social e acadêmico dos indivíduos. Além disso, esse impacto não afeta apenas a trajetória educacional dessas pessoas, mas também seu bem-estar emocional a longo prazo. Desse modo, o presente estudo procurou analisar como a ausência de inclusão impacta na saúde mental de pessoas neurodivergentes. Ressaltou-se, que ao longo da história pessoas com transtornos do neurodesenvolvimento sofreram com preconceitos e estigmas, o que ainda hoje causa uma exclusão social dessa população nos mais variados ambientes. Essa exclusão traz questionamentos para as pessoas neurodivergentes sobre sua maneira de funcionar e de ser no mundo, no que pode acarretar outros transtornos como o de Ansiedade e o Depressivo, além de questões emocionais como a baixa autoestima. Portanto, é fundamental que recebam suporte

adequado, incluindo terapias, ajustes no ambiente e compreensão da sociedade, pois só assim essa população se sentirá respeitada e incluída de forma efetiva no corpo social, tendo assim, uma melhor qualidade de vida.

PALAVRAS-CHAVE: Exclusão social. Pessoas Neurodivergentes. Saúde Mental.

THE ABSENCE OF INCLUSION AND ITS IMPACTS ON THE MENTAL HEALTH OF NEURODIVERGENT PEOPLE

ABSTRACT: Neurodiversity refers to individuals whose brains function differently from the neurotypical norm, including conditions such as autism, ADHD (Attention Deficit Hyperactivity Disorder), dyslexia, among others. The prevalence of neurodivergent disorders in childhood is significant and growing, therefore, it is extremely important to address these disorders, as it reflects the substantial impact they have on the cognitive, social and academic development of individuals. Furthermore, this impact not only affects the educational trajectory of these individuals, but also their long-term emotional well-being. Thus, the present study sought to analyze how the lack of inclusion impacts the mental health of neurodivergent people. It was emphasized that throughout history, people with neurodevelopmental disorders have suffered from prejudice and stigma, which still today causes social exclusion of this population in the most varied environments. This exclusion raises questions for neurodivergent people about their way of functioning and being in the world, which can lead to other disorders such as anxiety and depression, as well as emotional issues such as low self-esteem. Therefore, it is essential that they receive adequate support, including therapies, adjustments to the environment and understanding of society, as only then will this population would feel respected and effectively included in society, thus having a better quality of life.

KEY-WORDS: Social Exclusion. Neurodivergent People. Mental Health.

INTRODUÇÃO

O conceito de neurodiversidade estabelece uma analogia com o de biodiversidade. Assim como a biodiversidade, de Edward O. Wilson, diz respeito a todas as espécies do planeta, a neurodiversidade seria referente à infinita pluralidade neurocognitiva de todas as populações e sua subsequente importância para toda a humanidade (Abreu, 2022). O termo “neurodivergente” refere-se a indivíduos cujos cérebros funcionam de maneira diferente da norma neurotípica, abrangendo condições como autismo, TDAH (Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade), dislexia, entre outras (Tavolaro, 2022).

No manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais 5º Edição Texto Revisado (DSM - 5º TR) os transtornos do neurodesenvolvimento são separados por categorias, sendo algumas delas Transtorno do Espectro Autista (TEA) que é classificado por diferentes níveis de gravidade, que variam entre «apoio muito substancial», «apoio substancial» e «apoio», além disso, pode ocorrer com ou sem comprometimento intelectual e da linguagem; Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade (TDAH) é categorizado

em remissão parcial, com gravidade leve, moderada ou grave e Transtorno Específico da Aprendizagem é dividido em níveis de gravidade leve, moderada e grave, podendo afetar a leitura, a expressão escrita ou a matemática.

A prevalência dos transtornos neurodivergentes na infância é significativa e crescente. Estudos indicam que aproximadamente 1 em cada 54 crianças são identificadas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nos Estados Unidos, de acordo com os dados do Centro de Controle e Prevenção de Doenças (CDC, 2020).

Para enfatizar a importância de abordar sobre os transtornos do neurodesenvolvimento, Oliveira cita Matson e Shoemaker¹:

Portanto, é de extrema importância abordar esses transtornos, pois, reflete no impacto substancial que possuem no desenvolvimento cognitivo, social e acadêmico das crianças. Indivíduos com transtornos neurodivergentes frequentemente enfrentam desafios significativos na escola, incluindo dificuldades de aprendizagem, problemas de comportamento e exclusão social (Matson & Shoemaker, 2009 *apud* Oliveira *et al.* 2024).

Ressaltando a visão sobre a saúde mental e emocional, além do bem-estar social de pessoas neurodivergentes, Oliveira cita Howlin *et al.*²:

Esses desafios não afetam apenas a trajetória educacional dessas crianças, mas também seu bem-estar emocional e social a longo prazo (Howlin *et al.*, 2004 *apud* Oliveira *et al.* 2024).

A Organização Mundial da Saúde (OMS) descreve as barreiras como sendo mais do que apenas obstáculos físicos, eles as descrevem como fatores no ambiente de uma pessoa que, por sua ausência ou presença, limitam o funcionamento e criam incapacidade. Estes incluem aspectos como: um ambiente físico que não é acessível, falta de tecnologia assistiva relevante (dispositivos assistivos, adaptativos e de reabilitação), atitudes negativas das pessoas em relação à deficiência, serviços, sistemas e políticas inexistentes ou que dificultam o envolvimento de todas as pessoas com uma condição de saúde em todas as áreas da vida (Alencar, 2022).

O presente artigo procura responder ao seguinte questionamento: “como a ausência de inclusão impacta na saúde mental das pessoas neurodivergentes?”. Dessa forma, tem-se como objetivo analisar como a ausência de inclusão impacta na saúde mental das pessoas neurodivergentes, entender a falta de conhecimento acerca das pessoas neurodivergentes, compreender as barreiras sociais enfrentadas por essa população e suas implicações no bem-estar psicológico e investigar os impactos da exclusão social em pessoas neurodivergentes. Trata-se de estudo relevante por procurar entender o impacto psicológico e social que a exclusão exerce sobre indivíduos neurodivergentes. Contribui para o conhecimento científico, já que abordará uma temática em processo de investigação e aprofundamento.

¹MATSON, J. L.; SHOEMAKER, M. Intellectual disability and its relationship to autism spectrum disorders. **Research in Developmental Disabilities**, 2009.

²HOWLIN, P.; GOODE, S.; HUTTON, J.; RUTTER, M. Adult outcome for children with autism. **Journal of Child Psychology and Psychiatry**, 2004.

REFERENCIAL TEÓRICO

As Pessoas Neurodivergentes

Para Araújo, Silva e Zanon (2023) o movimento da neurodiversidade, que emergiu nas últimas décadas do século XX e nas primeiras do século XXI, se configurou como uma resposta crítica à separação entre o que é considerado normal e o que é visto como anormal ou patológico. Essa abordagem se opõe ao modelo médico tradicional e à narrativa eugênica que prevaleciam até aquele momento.

Além disso, os autores indicam uma transformação nas concepções sobre as origens do autismo com a ascensão do movimento da neurodiversidade, mudando da teoria psicogênica — que se baseava, em grande parte, em enfoques psicanalíticos e frequentemente apresentava uma visão negativa das figuras parentais — para áreas que abrangem a biologia e as ciências neurológicas.

O conceito de neurodiversidade foi introduzido pela socióloga australiana Judy Singer, no ano de 1999, com o objetivo de estabelecer uma visão diferente acerca do Transtorno do Espectro Autista-TEA (Rosa e Bucco, 2023). Essa terminologia visa enfatizar que a variação no funcionamento neural deve ser compreendida como uma diferença, e não como uma patologia (Klein e Lima, 2024). Os distúrbios relacionados ao neurodesenvolvimento compreendem um conjunto de condições que impactam o progresso do sistema nervoso, podendo ocasionar desafios na aprendizagem, na comunicação e no comportamento (Guimarães, 2024).

Atualmente, a noção de neurodiversidade abrange diversas condições associadas ao neurodesenvolvimento e a elementos neurológicos, indo além do movimento que se dedica exclusivamente a pessoas com Transtorno do Espectro Autista -TEA (Araújo, Silva e Zanon 2023). Conforme descrito no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, 5ª Edição, Texto Revisado (DSM - 5º TR), existem vários transtornos e suas respectivas características:

Os Transtornos do Desenvolvimento Intelectual, comumente referidos como Deficiência Intelectual, apresentam diferentes níveis de gravidade, que podem ser classificados como leve, moderada, grave ou profunda. Além disso, existem os Transtornos da Comunicação, que englobam questões relacionadas à linguagem, à fala e à fluência, podendo se manifestar desde a infância, como é o caso da gagueira, ou surgir na idade adulta, além de incluir aspectos da comunicação social, também conhecida como pragmática.

Ademais, o Transtorno do Espectro Autista (TEA) é caracterizado por diferentes graus de gravidade, que variam desde a necessidade de apoio muito substancial até a exigência de apoio moderado, podendo ocorrer com ou sem comprometimento intelectual concomitante, assim como com ou sem dificuldades na linguagem, entre outras particularidades.

O Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade (TDAH) pode ser especificado em remissão parcial e, em relação à gravidade, pode ser leve, moderada e grave; O Transtorno Específico da Aprendizagem apresenta diferentes níveis de gravidade, que podem ser classificados como leve, moderado ou grave, e é categorizado em três tipos: aqueles que

afetam a leitura, os que prejudicam a expressão escrita e os que impactam a matemática.

Similarmente, os Transtornos Motores são subdivididos em transtorno do desenvolvimento da coordenação e transtorno do movimento estereotipado, que pode manifestar-se com ou sem comportamentos autolesivos. Além disso, os Transtornos de Tique incluem o transtorno de Tourette, o transtorno de tique motor ou vocal persistente (crônico), que pode ser especificado como apresentando apenas tiques motores ou apenas tiques vocais, e o transtorno de tique transitório (DSM - 5º TR).

Exclusão Social e os Desafios da Inclusão Neurodivergente

A trajetória de pessoas neurodivergentes é marcada por estigmas, preconceito e exclusão social, uma luta constante por direitos. Esses indivíduos foram excluídos das práticas sociais e institucionais por não se encaixarem nos padrões convencionalmente construídos de “normalidade”. Em diversos países, a legislação pátria impôs, a esses indivíduos, restrições educacionais, políticas e arquitetônicas que impediam, de modo proposital, suas participações nas práticas coletivas (Gomes e Barbosa, 2020).

Em função disso, esses sujeitos foram, frequentemente, isolados em hospitais, clínicas e instituições psiquiátricas de longa permanência que, de forma majoritária, não estimulavam o desenvolvimento de suas habilidades sociocognitivas, emocionais e comunicativas. Dentre esses indivíduos, pode-se mencionar as pessoas com deficiência (física, sensorial, intelectual ou múltiplas), autistas e pessoas com transtornos funcionais específicos, tais como: dislexia, disgrafia, disortografia, discalculia, transtornos de atenção e hiperatividade (Alencar, Barbosa e Gomes, 2021).

Não obstante, no Brasil, por um longo período, as necessidades e reivindicações desse grupo não foram consideradas pelos legisladores no processo de elaboração de leis e de políticas públicas nacionais (Gomes e Barbosa, 2020). Um dos exemplos mais conhecidos de descaso com essa minoria (e outras) no Brasil, é o sanatório de Barbacena em Minas Gerais, onde pelo menos 60 mil pessoas foram mortas por destratos institucionais (Arbex, 2013). O sanatório que foi fundado em 1903 e teve seu “auge” na ditadura militar, recebia diariamente centenas de pessoas para serem internadas.

Segundo Freitas (2024), evidencia-se que, ao longo do último século, houve um significativo avanço na percepção das pessoas com deficiência como sujeitos plenos de direitos, especialmente no contexto brasileiro. Esse progresso reflete mudanças culturais, sociais e legais que contribuíram para a promoção da inclusão e o fortalecimento de garantias fundamentais.

Além disso, um exemplo notável dessa crescente visibilidade foi a ratificação, pelo Brasil, da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, também conhecida como Convenção de Nova Iorque, adotada em 2007, que estabelece diretrizes globais para assegurar igualdade de oportunidades e direitos às pessoas com deficiência. Ademais, a promulgação do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), que entrou em vigor em 2016, representa um marco legislativo

ao consolidar os direitos e mecanismos de proteção social para esse grupo, reforçando o compromisso do Estado brasileiro com a inclusão e a cidadania plena.

Piovesan (2021) apresenta a evolução dos direitos humanos das pessoas com deficiência em quatro etapas distintas: a primeira caracteriza-se pela intolerância, associando a deficiência a conceitos de impureza, pecado ou punição divina; a segunda fase é marcada pela invisibilidade social dessas pessoas; a terceira etapa adota uma perspectiva assistencialista, baseada em um modelo médico que enxerga a deficiência como uma patologia a ser tratada, focando na condição individual como uma doença; e, por fim, a quarta fase destaca-se pela abordagem centrada nos direitos humanos, com a consolidação de direitos voltados à inclusão social.

O termo “inclusão social”, dentro do contexto da “deficiência” e visando a integração de valores humanos, é definido por Sasaki (2011) como o processo pelo qual a sociedade se adapta para incluir pessoas com necessidades especiais em seus sistemas sociais gerais, ao mesmo tempo em que essas pessoas se preparam para assumir seus papéis na sociedade.

Para mais, o termo “pessoa com deficiência” foi alcançado após debate mundial, na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, pela Assembleia Geral da ONU em 13.12.2006, e afirma que: “No Brasil, tornou-se bastante popular, acentuadamente entre 1986 e 1996, o uso do termo “portador de deficiência” (e suas flexões no feminino e no plural).

Noutro ponto de igual importância, Martins (2022, p. 6) esclarece sobre a adoção dos termos mais corretos para se referir a pessoas com autismo, sem autismo ou com outros tipos de transtornos, destacando as pessoas neurodivergentes, neuroatípicas e neurotípicas. Ademais, o que se busca é promover a ampliação das características que individualizam os indivíduos, para que possam ser vistas como diferenças e não como déficits.

Rosa e Bucco (2023) sustentam que as neurodivergências representam uma expressão das diferenças humanas, assim como ocorre com a diversidade racial, de gênero, entre outras. Nessa linha de raciocínio, as dificuldades e limitações que esses indivíduos enfrentam são vistas como resultantes de barreiras impostas pela sociedade, a qual não se encontra devidamente equipada para receber essas pessoas em variados contextos sociais.

Além disso, a perspectiva da neurodiversidade, assim sendo, reconhece a existência de uma interação entre as particularidades de cada indivíduo e o contexto em que se insere, promovendo o aprendizado de competências adaptativas; simultaneamente, a sociedade e os ambientes têm a possibilidade de serem transformados visando à inclusão.

Saúde Mental das Pessoas Neurodivergentes

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), a Saúde Mental pode ser considerada um estado de bem-estar vivido pelo indivíduo, que possibilita o desenvolvimento

de suas habilidades pessoais para responder aos desafios da vida e contribuir com a comunidade. Ademais, a saúde mental não é algo isolado, é também influenciada pelo ambiente ao nosso redor, isso significa que deve-se considerar que a saúde mental resulta da interação de fatores biológicos, psicológicos e sociais (Brasil, 2022).

A saúde mental é um aspecto crucial para o bem-estar de todas as pessoas, mas assume uma importância particular no contexto das pessoas neurodivergentes, essas pessoas podem enfrentar desafios específicos relacionados à interação social, regulação emocional e sobrecarga sensorial, que podem impactar sua saúde mental.

Sobre os desafios enfrentados, podemos citar:

Não raro, meu jeito de “funcionar” rendia boas risadas ou caras retorcidas, o que parecia ser divertido para meus amigos, familiares, colegas, professores – nunca foi para mim – apesar de muitas vezes eu fingir que sim. A princípio, poderia dizer que as dificuldades que tive, decorrentes do meu funcionamento TDAH, me levaram a uma baixa autoestima e, conseqüentemente, à depressão e que esses fatos foram, por si só, responsáveis por eu passar a acreditar que era incapaz de gerir minha própria vida (Nunes, 2020 p.12-14).

As condições de saúde mental que são mais comuns de coexistirem e de serem subdiagnosticadas nos transtornos do neurodesenvolvimento, são os transtornos de ansiedade e transtorno depressivo (Haruvi-Lamdanetal, 2018). O transtorno de ansiedade resulta de diversos fatores que procedem à vida social, como os esforços constantes de lidar com a falta de previsibilidade, mudanças de rotina e até por falta de compreensão do que sentem e experienciam no momento, essa falta de compreensão do que sentem representa uma agitação/confusão emocional, configurando que é chamado por Alexitimia, que é o termo que define dificuldade no processamento das emoções (Rosa, 2024).

Para mais, esses indivíduos sofrem todos os dias com a falta de acessibilidade e baixo investimento do estado em pesquisa (Silva, 2020). Além do mais, mesmo com a dificuldade dos profissionais em obter o diagnóstico, se faz notória a crescente atenção e imersão através de pesquisas e teorias para que se possa diminuir as dificuldades na qualidade de vida das pessoas acometidas (Pereira, 2019).

Por este motivo, é fundamental que recebam suporte adequado, incluindo terapias, ajustes no ambiente e compreensão da sociedade, quando essas necessidades são atendidas, é possível promover um maior equilíbrio emocional e qualidade de vida, assim, compreender e respeitar as singularidades dos neurodivergentes é essencial para fomentar uma abordagem mais inclusiva e saudável.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo com abordagem qualitativa, de natureza básica, com objetivo de ser descritivo e uma pesquisa bibliográfica integrativa, com a finalidade de sintetizar e avaliar criticamente evidências teóricas e empíricas a respeito da temática. O estudo tem como objetivo analisar como a ausência de inclusão impacta na saúde mental das pessoas neurodivergentes, entender a falta de conhecimento acerca das pessoas

neurodivergentes, compreender as barreiras sociais enfrentadas por essa população e suas implicações no bem-estar psicológico e investigar os impactos da exclusão social em pessoas neurodivergentes.

A pesquisa bibliográfica foi realizada por intermédio de busca das seguintes bases de dados: Google Acadêmico, Periódico Capes e Scientific Electronic Library Online (SciELO), tendo em média o resultado de aproximadamente 373 trabalhos, dos quais foram utilizados 18 artigos pelos autores por terem mais conectividade com o tema. Sendo utilizados os seguintes descritores: “Ausência de inclusão”, “Pessoas neurodivergentes”, “Saúde mental de pessoas neurodivergentes”, “Exclusão social” e “Barreiras sociais”.

A coleta de dados foi alcançada através de publicações envolvendo o tema nos últimos 14 anos, incluindo trabalhos publicados entre 2011 e 2024 que falam sobre como a ausência de inclusão impacta a saúde mental de pessoas neurodivergentes. Foram excluídos artigos que não fossem na língua portuguesa. Os dados obtidos no presente artigo proporcionam uma compreensão maior e conhecimento sobre o tema abordado, tendo em vista ideias mais abrangentes sobre os como a ausência de inclusão impacta a saúde mental de pessoas neurodivergentes.

CONCLUSÃO

Este artigo respondeu o problema de pesquisa e alcançou todos os objetivos, visto que foi apresentado e analisado como a ausência de inclusão impacta na saúde mental das pessoas neurodivergentes, foi compreendido a falta de conhecimento acerca dessas pessoas. Há constatação em como as barreiras sociais enfrentadas por essa população tem implicações no seu bem-estar psicológico e investigou-se os impactos da exclusão social em pessoas neurodivergentes. É importante ressaltar que essa temática é de suma relevância para a comunidade científica e de forma geral. Além disso, vale salientar que existe uma escassez de pesquisas sobre o tema, evidenciando-se uma negligência com a saúde mental dessas pessoas.

No que se refere, como a ausência de inclusão impacta na saúde mental das pessoas neurodivergentes, é notório que ao longo da história esses indivíduos sofreram com estigmas e preconceitos vindos da sociedade e isso marcou uma luta constante por direitos. A falta de acessibilidade, adaptações e até de respeito, acarretam sofrimento emocional constante nessa população, pois gera questionamentos sobre seu jeito de funcionar e de ser no mundo.

A saúde mental das pessoas neurodivergentes pode ser afetada por outros fatores como a interação social, a sobrecarga sensorial empregadas sobre elas e sua regulação emocional. Com isso, reconhece-se que a interação entre as características individuais e o contexto em que a pessoa neurodivergente está inserida, favorece o desenvolvimento de competências adaptativas. Ao mesmo tempo, possibilita a transformação da sociedade e dos ambientes com o objetivo de promover a inclusão.

Por isso, é essencial que recebam o suporte necessário, como terapias, adaptações

no ambiente e o entendimento da sociedade. Quando essas necessidades são atendidas, é possível promover um maior equilíbrio emocional e qualidade de vida. Assim, compreender e respeitar as particularidades dos neurodivergentes é fundamental para incentivar uma abordagem mais inclusiva e saudável.

Portanto, esta pesquisa promoveu uma reflexão voltada para como a ausência de inclusão impacta na saúde mental das pessoas neurodivergentes e busca transparecer cuidados a respeito da saúde mental dessa população, uma maior qualidade de vida dessas pessoas e por fim um olhar cauteloso e responsável acerca desses indivíduos. Dessa forma, este trabalho proporcionou um conhecimento amplo a respeito desse conteúdo a fim de minimizar a escassez desse tema.

DECLARAÇÃO DE INTERESSES

Nós, autores deste artigo, declaramos que não possuímos conflitos de interesses de ordem financeira, comercial, político, acadêmico e pessoal.

REFERÊNCIAS

- ABREU, T. **O que é neurodiversidade?**. 1. ed. Cênone Editoração Ltda, 2022.
- ALENCAR, M. As 7 principais Barreiras que impedem a inclusão de pessoas com deficiência. *In: Sinal Link Acessibilidade. Sinal link acessibilidade*, São Paulo, 16 Fev. 2022. Disponível em: <https://www.sinallink.com.br/blogpost/as-7-principais-barreiras-que-impedem-a-inclus%C3%A3o-de-pessoas-com-defici%C3%Aancia>. Acesso em: 28 set. 2024.
- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION: **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: texto revisado**. 5. ed. Washington, DC, Associação Psiquiátrica Americana, 2022.
- ARAUJO, A. G. R.; SILVA, M. A. DA; ZANON, R. B. Autismo, Neurodiversidade e Estigma: Perspectivas Políticas e de Inclusão. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 27, p. 1-8, Set. 2023. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2175-35392023-247367>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/S5FdcTLWS9bPdJwPXcdmnHz/?lang=pt>. Acesso em: 5 nov.2024.
- ARBEX, D. **Holocausto Brasileiro: Vida, Genocídio e 60 mil Mortes no Maior Hospício do Brasil**. 1. ed. São Paulo: Geração Editorial, 2013.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Saúde Mental. *In: Gov.br. Gov.br*. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/saude-mental>. Acesso em: 05 dez. 2024.
- DE ALENCAR, H. F; BARBOSA, H. F; GOMES, R. V. B. O Estado da arte sobre inclusão de estudantes com deficiência nos institutos federais. *In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO*, 7., 2022, Paraíba. **Anais [...]**. João Pessoa: Editora Realize, 2022. Trabalho EV150_MD7_SA100_ID4942_14102021072507. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/ebooks/conedu/2021/ebook2/TRABALHO_EV150_MD7_SA100_ID4942_14102021072507.pdf. Acesso em: 01 nov. 2024.
- DA ROSA, N. A. L. Mulheres Autistas e Diagnóstico Tardio: Um Estudo sobre Juventudes de

Mulheres Autistas e Ocorrências de Subdiagnósticos. **Revista Contraponto, Rio Grande do Sul**, v.11, e143784, p.1-21, Set. 2024. DOI <https://doi.org/10.5935/2358-3541.2024143784-pt>. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/contraponto/article/view/143784/93567>. Acesso em: 05 dez. 2024.

DA SILVA, J.V. Pessoas Neuroatípicas e seus Obstáculos na Sociedade. 2023. 25 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) - **Centro Universitário Brasileiro, Recife**. Disponível em: <https://www.grupounibra.com/repositorio/PSICO/2023/pessoas-neuroatipicas-e-seus-obstaculos-na-sociedade.pdf>. Acesso em: 28 set. 2024.

DE OLIVEIRA, L. N. R. *et al.* Vista dos Transtornos Neurodivergentes na Infância: Abordagens Multidisciplinares para Intervenção e Suporte Educacional. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, v. 6, n. 7, p. 385-399, Jul. 2024. DOI <https://doi.org/10.36557/2674-8169.2024v6n7p385-399>. Disponível em: <https://bjih.s.emnuvens.com.br/bjih/article/view/2459/2684>. Acesso em: 28 set. 2024.

DE FREITAS, P. O Sistema Educacional Inclusivo Ressignificando a Dignidade de Pessoas Neurodivergentes e/ou com Deficiência: Políticas Públicas de Educação Inclusiva no Ensino Superior a partir do Princípio da Solidariedade no Processo de Intersecções Jurídicas entre o Público e o Privado. 2024. 251 p. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de Santa Cruz, Santa Cruz do Sul, 2024. Disponível em: <https://repositorio.unisc.br/jspui/handle/11624/3779>. Acesso em: 01 nov. 2024.

GOMES, R. V. B; BARBOSA, H. F. Inclusão Escolar de alunos com deficiência: Consensos e dissensos da legislação acerca do direito à educação. *In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA, 4., E JORNADA CHILENA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA, 5., 2020, Paraíba. Anais [...].* João Pessoa: Editora Realize, 2020. Trabalho EV137_MD7_SA100_ID732_23062020120322. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/ebooks/cintedi/2020/TRABALHO_EV137_MD7_SA100_ID732_23062020120322.pdf. Acesso em: 01 nov. 2024.

GUIMARÃES, J. F. Inclusão de Crianças com Transtornos do Neurodesenvolvimento na Educação Infantil. **Revista OWL (OWL Journal) - Revista Interdisciplinar de Ensino e Educação**, Paraíba, v. 2, n. 3, p. 63–78, Mai. 2024. Disponível em: <https://revistaowl.com.br/index.php/owl/article/view/215>. Acesso em: 1 nov. 2024.

KLEIN, T.; LIMA, R. C. Mais Além dos Transtornos do Neurodesenvolvimento: Desdobramentos para a infância e a educação. **Movimento-revista de educação**. Rio de Janeiro, v. 7, n. 15, p. 106-132, Set./Dez. 2020. DOI <https://doi.org/10.22409/mov.v7i15.42885>. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/mov.v7i15.42885>. Acesso em: 1 nov. 2024.

MARTINS, Y. Diferenças entre os Termos Neurotípico, Neurodiversidade e Neuroatípico. *In: Autismo e Realidade. Autismo e Realidade*, São Paulo, 29 Jul. 2022. Disponível em: <https://autismoerealidade.org.br/2022/07/29/diferencas-entre-os-terminos-neurotipico-neurodiversidade-e-neuroatipico/>. Acesso em: 01 nov. 2024.

NUNES, V. C. **A Constituição de Subjetividades em Meio a Contextos Discursivos Normalizadores: Ser, Estar e Existir como Indivíduo Neurodivergente**. 2020. 214

p. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020. Universidade Federal de Pelotas, 2020. Disponível em: https://guaiaca.ufpel.edu.br/bitstream/handle/prefix/7460/Dissertacao_Valeria_Castro.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 05 dez. 2024.

PIOVESAN, F. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. 14. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021.

ROSA, R. A.; BUCCO, E. A. Neurodiversidade: Expandindo as Fronteiras da Diversidade, Equidade e Inclusão nas Organizações. *In*: CONGRESSO DE ADMINISTRAÇÃO, SOCIEDADE E INOVAÇÃO, 15., 2023, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Revista de Administração, Sociedade e Inovação, 2023. Disponível em : https://www.researchgate.net/publication/378365609_Neurodiversidade_Expandindo_as_Fronteiras_da_Diversidade_Equidade_e_Inclusao_nas_Organizacoes. Acesso em: 9 nov.2024.

SASSAKI, R. K. Incluindo pessoas com deficiência psicossocial. *In*: SASSAKI, R. K. Conhecendo Pessoas com Deficiência Psicossocial. Rio de Janeiro: Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Rio de Janeiro - Comissão dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CDPD-OAB-RJ), 2011. cap. 3, p. 7-15. Disponível em: https://www.oabRJ.org.br/sites/default/files/deficiencia_psicossocial_-_sassaki_2012.pdf. Acesso em: 01 nov. 2024.

SOUSA, J. R. X; TAVARES, T. P; MOTA, M. F. Um Olhar Inclusivo sobre os Direitos e Garantias das Pessoas Neurodivergentes e Neuroatípicas. **Interfaces Científicas - Direito**, Sergipe, v. 9, n. 3, p. 216-229, Jul. 2024. DOI <https://doi.org/10.17564/2316-381X.2024v9n3p216-229>. Disponível em: <https://doi.org/10.17564/2316-381X.2024v9n3p216-229>. Acesso em: 01 nov. 2024.

TAVOLARO, R. O que é Neurodivergente? Exemplos, sinais e principais dúvidas!. *In*: Orienteteme. **Orienteteme**. São Paulo, 28 dez. 2022. Disponível em: <https://orienteteme.com.br/blog/neurodivergente/>. Acesso em: 28 set. 2024.